



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Massaranduba

Sábado • 30 de Março de 2024 • Ano XXV • Nº 1757

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Sumário

Atos Administrativos	02 a 10
Dispensas de Licitações	11 a 12
Erratas	13 a 13
Leis	14 a 17



Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

Atos Administrativos



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 017/2024.

Dispõe sobre a readaptação funcional de servidor público municipal do quadro do Poder Executivo, conforme previsto no art. 22 da Lei Municipal nº 288/2022, Seção VII do Regime Jurídico do Servidor Público Municipal de Massaranduba - PB.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – PB, FRANCISCO PEDRO DE LIMA no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe são conferidas pelo Art. 57 Item XX da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a previsão do art. 22 da Lei Municipal nº 288/2022 – Regime Jurídico do Servidor Público Municipal de Massaranduba - PB, que define que a “readaptação é o reaproveitamento do servidor em função ou cargo mais compatível com a sua capacidade física, intelectual ou psicológica, de alguma forma afetada por doença ou acidente”;

CONSIDERANDO, que o servidor público **CARLOS ALBERTO DE SOUZA**, passou por perícia médica oficial, a qual recomendou que fossem adaptadas as funções do servidor segundo o seu estado de saúde atual, conforme Laudo Médico;

CONSIDERANDO, que no referido Laudo Médico, foi constatado que o servidor é portador de sequelas ortopédicas na mão esquerda e no membro superior direito após acidente de moto de caráter irreversível com limitação funcional dos referidos membros, impossibilitando exercer sua atividade laboral habitual;

Rua José Benício de Araújo – 121 – Centro – Massaranduba
CNPJ: 08.739.138/0001-19
E-mail: prefeituramassarandubapb@gmail.com

RESOLVE:

Art. 1º. – De acordo com a previsão no art. 26 da Lei Municipal nº 288/2022, fica **READAPTADO** o servidor CARLOS ALBERTO DE SOUZA, Matrícula nº 00448, pelo prazo indeterminado, e investido no cargo efetivo de AUXILIAR DE PEDREIRO, nomeado através de Concurso Público e admitido em 01 de Outubro de 2011, com carga horária de 40 horas semanais, **para que exerça as funções que sejam compatíveis a sua deficiência parcial de movimentos corporais** junto a seu cargo na Secretaria Municipal de Infra Estrutura em conformidade com as restrições constadas no Laudo Médico.

Art. 2º - O servidor readaptado exercerá sua nova função observando as normas específicas que a regem, tais como as de horário e de jornada de trabalho, de subordinação hierárquica, dentre outras.

§1º O referido servidor realizará suas atribuições e responsabilidades desde que compatíveis com sua condição de saúde atual, conforme o Laudo Médico e Ofício da Secretaria de lotação, podendo realizar as atividades elencadas a seguir: DIGITADOR, CHEFE DE ALMOXARIFADO, CONTROLE DE ESTOQUE, APONTADOR DE OBRA, ENCERRAGADO DE OBRAS.

§2º O eventual pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade somente será permitido se, mesmo readaptado, o servidor continuar a exercer algum tipo de função que preveja tal percepção. Caso as funções exercidas, após a readaptação funcional, não sejam insalubres ou perigosas, cessará imediatamente a concessão de eventual adicional de insalubridade ou de periculosidade que o servidor venha recebendo até então.

Art. 3º - A readaptação não acarretará diminuição nem aumento de vencimentos.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, a partir desta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Massaranduba, PB, 18 de Março de 2024.


Francisco Pedro de Lima
Prefeito Constitucional

Rua José Benício de Araújo – 121 - Centro – Massaranduba
CNPJ: 08.739.138/0001-19
E-mail: prefeituramassarandubapb@gmail.com



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO Nº 005/2024

ENTIDADE SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração

FINALIDADE: Manifestação para instrução de processo referente à **READAPTAÇÃO DE SERVIDOR**.

SERVIDOR: CARLOS ALBERTO DE SOUZA (Mat. nº 448)

DOS FATOS:

Chegou a esta Procuradoria, para manifestação, encaminhada pela Secretaria Municipal de Administração, referente à solicitação de **READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO**, postulada pelo servidor efetivo desta edilidade, **CARLOS ALBERTO DE SOUZA** ocupante de cargo de **AUXILIAR DE PEDREIRO**, matrícula nº 448, que REQUER sua readaptação de função amparada em laudo médico que o diagnosticou como portadora de **SEQUELAS ORTOPÉDICAS NA MÃO ESQUERDA E NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO APÓS ACIDENTE DE MOTO DE CARÁTER IRREVERSÍVEL COM LIMITAÇÃO FUNCIONAL DOS REFERIDOS MEMBROS IMPOSSIBILITANDO EXERCER SUA ATIVIDADE LABORAL HABITUAL**. Como comprovação de suas alegações apresentou Laudo Médico do Ortopedista Municipal e os exames de imagem.

DA LEGISLAÇÃO:

Constituição da República Federativa do Brasil Lei Nº 2.620, de 27 de abril de 1990 e Lei Nº 188/2002 de 03 de abril de 2002 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais).

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica/odontológica.

É prática relativamente comum, dentro da Administração Municipal, pessoas aprovadas em concursos públicos terem sua movimentação funcional determinada, em virtude de serem consideradas inaptas para o desempenho do cargo de que são titulares.

Implantado pela Emenda Constitucional nº 113/2019, o parágrafo 13 do artigo 37 da Constituição Federal, que disciplina a readaptação de servidores públicos vítimas de doenças ou acidentes, por exemplo, **é norma de eficácia plena**. Dessa forma, deve ter aplicação imediata pela administração pública, independentemente de legislação infraconstitucional.

Incluído na Constituição Federal pela EC 103, que implantou a Reforma da Previdência, o parágrafo 13 do artigo 37 estabelece que:

Art. 37 - (...)

§ 13 - § 13. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)"

A inaptidão funcional deve ser **"constatada" por meio de exames médicos oficiais**, únicos capazes de auferir a existência de molestia, capaz de gerar um descompasso com a realidade prática na vida funcional do servidor, apurando-se, muitas vezes, enfermidades que levam servidores a serem declarados como inaptos, nas suas atribuições de origem, por serem portadores de hérnia de disco imperfeição a qual, por sua



relevância, se apresentam capazes de resultar em perda de capacidade produtiva e laboral total.

É imprescindível que se leve em consideração que não há ser humano no qual não sejam encontradas pequenas imperfeições, tais como na epiderme, calvície, pequenas assimetrias, ligeiros deslocamentos na coluna cervical, e, ciente dessa realidade, o legislador estabeleceu como requisito básico para a investidura em cargo público não a perfeição, mas apenas a aptidão física e mental necessária para o desempenho das atribuições do cargo.

Todavia, a determinação da existência ou não de aptidão física exige análise e ponderação das características existentes, o que deve ser feito da forma mais objetiva possível, inclusive para atendimento ao constitucional princípio da impessoalidade, o que torna necessário que, para que uma pessoa possa ser declarada apta ou não para determinado cargo, seja realizada uma avaliação técnica, o que habitualmente se dá por meio de "Juntas Médicas Oficiais".

Além disso, a Lei Estatutária Municipal dispõe que o provimento dos cargos também se dará pela **readaptação**.

Tratou também, o Estatuto do Servidor Público Municipal, de aptidão física e mental, ao estabelecer **a aplicação da Readaptação ao servidor que venha a sofrer de alguma limitação física ou mental que o torne incompatível com o exercício do seu cargo**, inclusive como alternativa à aposentadoria que somente poderá ser deferida quando não houver possibilidade de se readaptar o servidor.

Mas, para que se dê a Readaptação, também, na Lei Estatutária Local, no seu artigo 22, § 2º, previu o seguinte:

"Art. 22 - Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

...



§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.”

Portanto, uma vez comprovada a sua limitação física, deve a servidora ser readaptada de forma efetiva em novo cargo de igual padrão e vencimento.

Compulsando os documentos, que instruem a solicitação nos enviada para análise, esta Procuradoria verificou que existem exames e laudo médicos periciais, nos quais, foi possível verificar a constatação da anomalia citada pelo requerente.

CONCLUSÃO

Conclui-se, sinteticamente, que, partindo dos Princípios que regem a Administração Pública, esta Procuradoria, entende que é possível a designação do servidor público, através de Portaria, para cargo de Padrão igualitário, devendo a Secretaria de Administração em conjunto com a Secretaria de Saúde deste município, procederem a **READAPTAÇÃO** do servidor **CARLOS ALBERTO DE SOUZA** ocupante de cargo de **AUXILIAR DE PEDREIRO**, matrícula nº 448, para desempenhar suas funções em novo cargo que tenham atribuições, responsabilidades e exigências semelhantes às que exigidas para o cargo de Auxiliar de Pedreiro, ficando assim configurada a Readaptação.

Pelo exposto, manifestamo-nos, pelo **DEFERIMENTO de Readaptação do servidor CARLOS ALBERTO DE SOUZA** para cargo de padrão igualitário ao cargo originário de que é titular, conforme a fundamentação supra.

É o parecer, s. m. j.

Massaranduba - PB, 18 de março de 2024.



GILSEPPE DE OLIVEIRA SOUSA
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 018/2024.

**DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE
LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE
MASSARANDUBA – PB, FRANCISCO PEDRO DE LIMA**, no uso das suas
atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e do Art. 68 da
Lei nº 188/2002 de abril de 2002 “Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais”;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidor **ELIETE
MENDONCA DA SILVA FELICIANO**, Matrícula nº 00653, ocupante do cargo efetivo
de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de
Massaranduba-PB.

Art. 2º - PERÍODO AQUISITIVO de 2012/2016 com período de gozo 3 (três)
meses, de 01 de Março de 2024 a 31/05/2024 .

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Cumpra-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Massaranduba, PB, 29 de Março de 2024.

**FRANCISCO PEDRO DE LIMA
PREFEITO CONSTITUCIONAL**

Rua José Benício de Araújo – 121 - Centro – Massaranduba
CNPJ: 08.739.138/0001-19
E-mail: prefeituramassarandubapb@gmail.com



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

NOTIFICAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Massaranduba, 27/03/2024

Ilmo. Sr. João Costa de Sousa

Ref: POSSE.

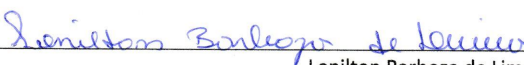
NOTIFICANTE: Lenilton Barboza de Lima, brasileiro, casado, Funcionário Público, portador da RG nº 2615175 SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 037.574.384-77, telefone para contato (83) 98101-7832, endereço eletrônico lenilton.2014@hotmail.com, residente Sítio Nicolândia, nº S/N, Área Rural, Massaranduba, CEP. 58120-000, presidente em exercício da Câmara Municipal de Massaranduba-PB.

NOTIFICADO: João Costa de Sousa, brasileiro, Casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.251.464-83, telefone para contato (83)98108-8515, com endereço na rua João Soares da Luz, SN, Centro, Massaranduba/PB, CEP: 58120-000.

FATOS:

O NOTIFICANTE, presidente em exercício da Câmara Municipal de Massaranduba/PB, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, em face da diplomação ocorrida no dia 26/03/2024 – TRE/PB, notificá-lo sobre sua posse no cargo de prefeito, para a data de 01/04/2024, na sede desta Câmara Municipal, às 09:00h.

Massaranduba/PB, 27/03/2024



Lenilton Barboza de Lima
Presidente

Câmara Municipal de Massaranduba-Pb
Rua: João Soares da Luz, S/N, Centro.
CEP: 58.120.000



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
(CASA EDSON DA SILVA MEIRA)
CNPJ: 10.743.482/0001-23
E-mail: camaramassarandubapb@gmail.com

NOTIFICAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Massaranduba, 27/03/2024

Ilmo. Sr. Carlos Alberto Agra

Ref: POSSE.

NOTIFICANTE: Lenilton Barboza de Lima, brasileiro, casado, Funcionário Público, portador da RG nº 2615175 SSP-PB e inscrito no CPF/MF sob o nº 037.574.384-77, telefone para contato (83) 98101-7832, endereço eletrônico lenilton.2014@hotmail.com, residente Sítio Nicolândia, nº S/N, Área Rural, Massaranduba, CEP. 58120-000, presidente em exercício da Câmara Municipal de Massaranduba-PB.

NOTIFICADO: Carlos Alberto Agra, brasileiro, Casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 714.386.294-00, telefone para contato (83)98706-4889, com endereço na Rua José Barbosa de Menezes SN, Dist. Santa Terezinha, Massaranduba/PB, CEP: 58120-000.

FATOS:

O NOTIFICANTE, presidente em exercício da Câmara Municipal de Massaranduba/PB, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, em face da diplomação ocorrida no dia 26/03/2024 – TRE/PB, notificá-lo sobre sua posse no cargo de vice-prefeito, para a data de 01/04/2024, na sede desta Câmara Municipal, às 09:00h.

Massaranduba/PB, 27/03/2024

Lenilton Barboza de Lima
Presidente

Câmara Municipal de Massaranduba-Pb
Rua: João Soares da Luz, S/N, Centro.
CEP: 58.120.000

Dispensas de Licitações



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00016/2024

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00016/2024, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, GERENCIAMENTO, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUO SÓLIDOS PERIGOSOS POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA, E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO HOSPITALAR / INFECTANTE (CLASSES A B e E), PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAL – MASSARANDUBA – PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA / CRIL SOLUCOES AMBIENTAIS - R\$ 26.400,00.

Massaranduba - PB, 27 de Março de 2024.

FRANCISCO PEDRO DE LIMA
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, GERENCIAMENTO, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUO SÓLIDOS PERIGOSOS POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA, E DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO HOSPITALAR / INFECTANTE (CLASSES A B E E), PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAL – MASSARANDUBA – PB.
FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00016/2024.
DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: Recursos Próprios do Município de Massaranduba: 2025 3390390000 500 2025 3390390000 600.
VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Massaranduba e: CT Nº 00120/2024 - 27.03.24 - CRIL EMPREENDIMENTO AMBIENTAL LTDA / CRIL SOLUCOES AMBIENTAIS - R\$ 26.400,00.

Erratas



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GABINETE DO PREFEITO**

ERRATA DA LEI MUNICIPAL 056/2024 – DE 27 DE MARÇO DE 2024.

A PRESENTE PUBLICAÇÃO TRATA-SE DE UMA RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DA LEI ORDINÁRIA 056/2024 – DE 27 DE MARÇO DE 2024 (QUINTA-FEIRA), PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO EM 28 DE MARÇO DE 2024 - ANO XXV - Nº 1775, PÁGINA 2, CERTIFICAÇÃO DIGITAL: RDE5Q0FBQZEWJRJHFMZEYME, QUE CONSTOU, NO ATO DE PUBLICAÇÃO, EQUIVOCADAMENTE O NUMERO DA LEI 056/2024.

Assim sendo, onde se lê:

" LEI Nº 056/2024 – DE 27 DE MARÇO DE 2024 "

Leia-se:

" LEI Nº 455/2024 – DE 27 DE MARÇO DE 2024 "

Gabinete do Prefeito Municipal de Massaranduba, PB, 28 de Março de 2024.

**FRANCISCO PEDRO DE LIMA
PREFEITO CONSTITUCIONAL**

Rua José Benício de Araújo – 121 - Centro – Massaranduba
CNPJ: 08.739.138/0001-19
E-mail: prefeituramassarandubapb@gmail.com

Leis



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº 450/2024.

Massaranduba - PB, 19 de janeiro de 2024.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO,
ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Massaranduba - PB com o objetivo de assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais a esse público.

Art. 2º - O atendimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Município de Massaranduba - PB, será realizado através de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, profissionalização e outros, assegurando-lhes em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito à liberdade, à convivência familiar e comunitária, conforme preconiza a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

Art. 3º - Para efeitos desta Lei, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem comprometimento de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas, se enquadrando nas seguintes categorias:

I – DEFICIÊNCIA FÍSICA: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triaparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – DEFICIÊNCIA AUDITIVA: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III – DEFICIÊNCIA VISUAL: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; ou, ainda, é considerada pessoa com deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações que produzam dificuldades temporárias ou permanente para o desempenho de funções;

IV – DEFICIÊNCIA MENTAL: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho;

V – DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: associação de duas ou mais deficiências;

VII – TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO: comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação ou presença de estereótipias de comportamento, interesses e atividades. Os prejuízos qualitativos que definem estas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo. São



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GABINETE DO PREFEITO

considerados Transtornos Globais do Desenvolvimento: Transtorno Autista; Transtorno de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno de Asperger; Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação.

Parágrafo Único. Serão reconhecidas como pessoa com deficiência aquelas que possuírem laudo médico referindo que de forma permanente ou transitória, possui uma ou mais das deficiências descritas nos incisos deste Art. 3º, ou ainda aquelas que temporariamente não possuem laudo médico, mas apresentem deficiências que são públicas, ou seja, são notáveis por qualquer pessoa, e que a família o alegue ter deficiência.

Art. 4º - A proteção dos direitos e o atendimento à pessoa com deficiência, no Município, abrangerão os seguintes aspectos:

- I - conscientização da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidades das pessoas com deficiência;
- II - redução do índice de deficiência através de medidas preventivas;
- III - promoção de políticas sociais básicas de saúde, educação, habitação, transporte, desporto, lazer e cultura, profissionalização, habilitação e reabilitação;
- IV - promoção de políticas e programas de assistência social;
- V - execução de serviços especiais, nos termos da lei.

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é um órgão permanente, sendo político, financeiro e administrativamente autônomo, de caráter propositivo, deliberativo, mobilizador, normativo, consultivo e fiscalizador relativo à sua área de atuação, incumbido de atuar na defesa intransigente do direito da pessoa com deficiência.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- I - propor e deliberar sobre ações para os planos e programas do Município de Massaranduba - PB referentes à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- II - zelar pela efetiva implementação da política para inclusão da pessoa com deficiência;
- III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas públicas relativas à pessoa com deficiência;
- IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária pertinente à consecução da política para inclusão da pessoa com deficiência;
- V - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- VI - propor e incentivar aos órgãos competentes a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- VII - deliberar sobre o plano de ação municipal anual.
- VIII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- IX - colaborar com o monitoramento e a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo em seu âmbito de atuação;
- X - estabelecer normas e critérios para utilização dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência
- XI - Eleger seu corpo diretivo; e
- XII - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

Parágrafo Único. Cabe ao órgão gestor das políticas públicas referentes às pessoas com deficiência, encaminhar a proposta de planejamento e orçamento elaborada e aprovada pelo Conselho.

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará, sob sua coordenação, uma Conferência Municipal a cada dois anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo único. Compete às Conferências Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

- I– avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;
- II– fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subsequente ao de sua realização;
- III– avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quando provocada;
- IV– aprovar seu regimento interno;
- V– aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

**CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO**

Art. 8º - Compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, os seguintes representantes, titulares e suplentes:

I - dos órgãos governamentais:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;

II - dos representantes da Sociedade Civil:

- a) 2 (dois) representantes de pessoas com deficiência;
- b) 1 (um) representante dos profissionais ligados a reabilitação que atuam no Município.

§ 1º - Os Conselheiros titulares e suplentes, serão da livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º - Os fóruns para a escolha dos representantes não governamentais serão regulamentados no Regimento Interno.

Art. 9º - A duração do mandato dos representantes da sociedade civil e dos órgãos de governo, será de quatro anos.

Art. 10º - A substituição de conselheiros titulares e suplentes poderá ocorrer, a qualquer tempo, a pedido daqueles que os tenham indicado ou por solicitação do Conselho.

Parágrafo único. Em se tratando das pessoas físicas, a substituição somente será permitida, por justificada decisão da respectiva área de atuação pela qual foram eleitos ou por solicitação do Conselho.

Art. 11 - A substituição de conselheiros titulares e suplentes, governamental ou não governamental, poderá ocorrer a qualquer tempo, a pedido daqueles que os tenham indicado ou por solicitação do Conselho.

Art. 12 - A substituição das instituições não governamentais e de pessoas físicas poderá ocorrer quando elas não se fizerem representar, conforme regulamentação do regimento interno deste Conselho.

Art. 13 - São considerados conselheiros do COMDEF todos os representantes titulares e suplentes.

Art. 14 - O colegiado do Conselho será constituído por todos os seus conselheiros, titulares e suplentes.

Art. 15 - Todos os conselheiros, titulares e seus respectivos suplentes, serão nomeados pelo Prefeito da Cidade de Massaranduba – PB.

**CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 16 - O Poder Executivo fica obrigado a prestar o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 17 - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a partir do ano seguinte ao de sua criação, terá dotação orçamentária própria o que lhe assegura funcionamento e autonomia para o seu bom andamento.

Parágrafo único. Os recursos a que se referem este artigo serão provenientes de verbas previstas no Orçamento Anual do Município de Massaranduba - PB.

Art. 18 - O funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será regulamentado em Regimento Interno, a ser homologado pelo Prefeito Municipal, através de decreto municipal.

Parágrafo único. Todas as decisões finais do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.

**CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 19 - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


**FRANCISCO PEDRO DE LIMA
PREFEITO CONSTITUCIONAL**